



Paidéia

ISSN: 0103-863X

paideia@usp.br

Universidade de São Paulo

Brasil

Henriques, Celia Regina; Féres- Carneiro, Terezinha; Seixas Magalhães, Andrea

Trabalho e família: o prolongamento da convivência familiar em questão

Paidéia, vol. 16, núm. 35, septiembre-diciembre, 2006, pp. 327-336

Universidade de São Paulo

Ribeirão Preto, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305423756004>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

 redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

TRABALHO E FAMÍLIA: O PROLONGAMENTO DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR EM QUESTÃO¹

*Celia Regina Henriques
Terezinha Féres-Carneiro²
Andrea Seixas Magalhães*
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Resumo: O presente estudo aborda a temática do trabalho em famílias de classe média, com prolongamento da coabitação de pais/filhos adultos. Fatores sociais particulares ao universo da classe média urbana podem ter, como consequência, o prolongamento da permanência dos filhos na família. Em um segundo, há diferentes representações do mundo do trabalho expressas pelos pais e filhos. A representação dos pais baseia-se na existência de laços com a instituição empregadora, na estabilidade. A dos filhos inclui a perspectiva de curto prazo e provisoriadade das experiências sociais, características da atualidade. Assim, a vida em família pode expressar um contexto de ambigüidades que permite o adiamento da separação entre pais e filhos.

Palavras-chave: Trabalho; Família; Prolongamento da Convivência Familiar.

WORK AND FAMILY: THE EXTENDING OF FAMILY LIFE IN QUESTION

Abstract: This paper focuses the prolonged stay of adult sons in the middle-class parents home, linked to work perspective. Specific social factors pertaining to the world of urban middle-class families can lead to the stay extending of adult sons within the family home. Secondly, there are different representations of the work world expressed by parents and their children. The parents representation is based on the perception of stability and links with employers. In contrast, their children present short-term perspectives and provisional social experiences, characteristic of modern life. So, family life may express a context of ambiguity which allows the separation postponed of parents and sons.

Key words: Work; Family; Prolonged Home Staying.

Na atualidade, tudo está sempre a ser permanentemente desmontado; não há perspectiva de durabilidade, as experiências de vida são quase sempre temporárias. A sociedade moderna, até pouco tempo, marcada por instituições tradicionais como o Estado, a Igreja e a Família, sucumbe diante da fragilização dessas instituições e abre espaço para um viver contemporâneo em que valores e referências estáveis confrontam-se com a rapidez e a provisoriadade dos fatos.

O tema do trabalho é um importante recurso para a reflexão acerca do prolongamento da

convivência familiar – a permanência dos filhos adultos na casa dos pais – pois uma das alegações da família em relação a este fato consiste na crise econômica e na instabilidade nesse domínio, levando-a a se mostrar como o lugar da confiança, dos laços sólidos e duráveis, do apoio, enfim de tudo que o mundo de fora não é. A esfera do trabalho e as mudanças paradigmáticas que a compõem na atualidade, associadas à incerteza e à insegurança, repercutem na vida em família e nos relacionamentos sociais.

Entendendo a família como a mediadora entre o indivíduo e a sociedade, destaca-se que o prolongamento da convivência familiar, observado nos dias atuais: é um fenômeno psicossocial construído na interface dessa instituição e do contexto social;

¹ Recebido em 29/09/2006 e aceito para publicação em 02/01/2007.

² Endereço para correspondência: Terezinha Féres-Carneiro, Rua General Góes Monteiro, 8 D/ 2403, CEP: 22290-080, Rio de Janeiro-RJ, E-mail: teferca@psi.puc-rio.br

portanto, considera-se de fundamental importância examiná-lo sob essa perspectiva. Parte-se da pressuposição de Minuchin (1980), para quem a família e a sociedade se constituem reciprocamente, de forma que as mudanças ocorridas no mundo social afetam o domínio familiar e são por este afetadas. Assim, as funções familiares podem ser alteradas de acordo com as pautas de mudanças imprimidas pelo sistema social.

Observa-se que as relações entre pais e filhos jovens são marcadas por uma forte semelhança nas percepções de mundo e estilo de vida, bem como por uma forma de se relacionar calcada na amizade e cumplicidade, dentro de um contexto relacional igualitário. Contudo, no que concerne às percepções sobre a esfera do trabalho, podem-se constatar diferenças de discursos entre as duas gerações.

Considera-se, ainda, importante ressaltar que o prolongamento da convivência familiar é observado, sobretudo, nos estratos médios e altos da sociedade brasileira. É nesse segmento social que se evidenciam as ideologias individualistas e igualitárias (Salem, 1980; Velho, 1986; Peixoto, 2000), que imputaram ao universo das relações interpessoais a valorização do psicológico e o centramento nas questões individuais, bem como a noção de igualdade que veio anular as discriminações sexuais e hierárquicas observadas em momentos anteriores à sua instauração. Assim, os papéis familiares se mostram amplamente afetados por essas ideologias e, como tal, admite-se que estejam sendo reelaborados face às circunstâncias.

Mediante tais considerações, tem-se como objetivo trazer ao debate os fatores provenientes do contexto contemporâneo – os sentimentos de instabilidade e insegurança – e os fatores relativos ao mundo privado da família de hoje – a mutualidade, a amizade e o apoio – para se elaborar a proposta de compreensão acerca do prolongamento da convivência familiar. Para tanto, pretende-se desenvolver um campo teórico em torno de dois aspectos principais. O primeiro abrangendo o sistema social, mais especificamente, as transformações operadas no domínio do trabalho, destacando os sentimentos de instabilidade e insegurança decorrentes desse processo e suas repercussões na

família. O segundo envolvendo o sistema familiar em constante interação com o contexto social atual, recolocando a noção da família como um espaço privilegiado.

O contexto social contemporâneo e suas repercussões nas relações familiares

Este início de terceiro milênio indica um menu de opções em que a instabilidade, a incerteza e a insegurança se apresentam como fatores constitutivos do indivíduo contemporâneo. No âmbito da família, esses sentimentos permeiam as relações e provocam mudanças que se fazem sentir nas atitudes e comportamentos frente a situações do domínio social, entendida a família como a instância mediadora entre esse domínio e o indivíduo; eles são efeito de algumas perdas de referências fundamentais instituídas pelas condições de vida nos grandes centros urbanos, pela globalização, avanço da tecnologia, desemprego e novas relações de trabalho, pelo ideal do individualismo, dentre outros fatores que compõem o painel da contemporaneidade ou do mundo na pós-modernidade.

Inicia-se esta abordagem pelo aspecto da globalização, sustentando que sua relevância deve-se à força das transformações de ordem subjetiva e social, implementadas na esfera da vida humana de um modo geral, e, em particular, no cotidiano das famílias de hoje. O alto grau de mudanças operadas nas subjetividades e relações sociais, advindas das tensões produzidas pela globalização, constitui um fator preponderante para a compreensão do momento presente. Santos (2001), privilegiando em suas assertivas as dimensões sociais, identifica como ela estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, “desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival” (p.4). Para ilustrar sua abordagem, utiliza o exemplo da globalização do hambúrguer e da pizza, cujo processo localiza o bolinho de bacalhau português ou a feijoada brasileira. Em suma, ela pressupõe a localização na medida em que impõe um discurso social e cultural hegemônico, que torna difícil a uma condição local manter as suas raízes sociais e culturais, tornando-a, de alguma forma, prisioneira ou localizada no âmbito de suas próprias fronteiras.

O fenômeno da globalização amplia os horizontes, abole fronteiras e interconecta experiências que certamente causam impacto nas subjetividades. O comentário de Hall (1992) sobre a crítica da homogeneização cultural, na abordagem do multiculturalismo, parece oportuno neste momento. A assertiva do autor proporciona melhor avaliação do leque de identificações possíveis que se oferecem ao indivíduo no momento atual; ele propõe que se observe que, ao lado da tendência à homogeneização global, surge um fascínio em relação a questões como as diferenças culturais, a alteridade e a mercantilização das etnias, que resulta da competência global em requerer e acentuar as especificidades locais. Em outras palavras, o interesse pelo local emerge na contemporaneidade juntamente com o impacto do global, configurando uma articulação entre os dois aspectos e produzindo, simultaneamente, novas identificações culturais globais e locais. Para o autor é-se confrontado por uma gama de identidades diferentes que atraem e se mostram possíveis como escolha, sendo a difusão do consumismo um fator que contribui para esse efeito de supermercado cultural. Ressalta-se como exemplo da oferta do específico ou do exótico de culturas outrora distantes, a curiosa afirmação: “Se quisermos provar as cozinhas exóticas de outras culturas em um único lugar, devemos ir comer em Manhattan, Paris ou Londres e não em Calcutá ou em Nova Delhi” (p.79).

Com freqüência o termo globalização está associado a discussões que envolvem o atual estágio do capitalismo. Bauman (2000) contribui para esse debate ao conceituá-lo como leve e pesado. O capitalismo pesado é um termo empregado para representar o apogeu do modelo de industrialização, acumulação e regulação e seria o representante da sociedade moderna em sua fase pesada, volumosa e sólida. Para o autor, nesse estágio o capital, a administração e o trabalho estariam inexoravelmente ligados, amarrados pela combinação de fábricas enormes e força de trabalho maciça, permanecendo o capital tão enraizado ao solo quanto os trabalhadores que emprega; contudo, “ao buscar rochas suas âncoras encontraram areias movediças” (p.70).

Não obstante, uma nova modalidade da ordem capitalista se apresenta, a leve, marca registrada da pós-modernidade (Bauman, 2000), “é um viver num

mundo cheio de oportunidades, cada uma mais apetitosa e atraente que a anterior, cada uma compensando a anterior e preparando o terreno para a mudança da próxima” (p.74). O capitalismo leve e flutuante é marcado pelo desengajamento e enfraquecimento dos laços que prendem o capital ao trabalho, instaurando uma nova liberdade de movimentos impensáveis no passado. “A reprodução e o crescimento do capital, dos lucros e dos dividendos e a satisfação dos acionistas se tornaram independentes da duração de qualquer comprometimento local com o trabalho” (p.171). Em suma, o novo capitalismo ou capitalismo avançado move-se rapidamente, evita o enraizamento, pressupondo que a sobrecarga advinda da formação de laços ou comprometimentos possa se tornar prejudicial aos seus objetivos, tendo em vista as oportunidades que surgem.

Um outro elemento do menu inicial da contemporaneidade, e que se pode sustentar ser tecido na conjunção do capitalismo e da globalização, consiste nas novas bases das relações de trabalho e emprego assalariado, que no ponto de vista de Giannotti (2002) torna evidente a visão da sociedade de riscos em que se vive. O fato de a sobrevivência física do indivíduo depender de um salário torna previsível o sentimento de ameaça constante com que ele se depara, considerados a precariedade dos empregos formais, a instabilidade dos informais e o desemprego efetivo ou possível que se observam em tempos de capitalismo leve.

Kurz (2003) acrescenta a essa conjunção o surgimento de uma nova classe social, a global, construída a reboque dos avanços da tecnologia na década de 1990. Ela, segundo o autor, teria sido a grande ganhadora com o implemento da globalização, uma vez que foi forjada entre os avanços do conhecimento e do acesso à tecnologia da informação, estabelecendo-se num locus social privilegiado, como uma geração fundadora da sociedade informatizada e “constituiria um novo paradigma de dominação social, uma vez que ela dá o tom em termos culturais, generaliza seus valores e faz de suas inclinações específicas o sonho de muitos” (p.10). A classe global, por suas características flexíveis e desenraizadas, vem a ser cultuada pelo universo jovem como modelo identificatório calcado em sua extrema mobilidade, domínio da informação

e construção de um universo virtual de diversão colocado à venda pelo mercado de consumo.

Este, orientado pela globalização e informação em tempo real, ao adentrar o mundo do trabalho, traz consigo essa mentalidade e, segundo Tapscott (1998), pressiona por mudanças no que vem a ser a noção tradicional de uma empresa movida por comando e hierarquia de poder. “O antigo modelo de empresa não pode funcionar em uma economia direcionada pela inovação, imediatismo e interconexão” (p.202). Sendo assim, diante das possíveis oposições encontradas, os jovens podem decidir que a melhor maneira de lutar contra o *status quo* é deixá-lo e sair em busca de seu próprio negócio, empreendimento, o que, de acordo com a pesquisa de uma rede de televisão brasileira acerca do universo jovem (realizada em 1999), constitui o ideal da grande maioria desse segmento. Essa geração, afetada pelo desemprego e aliada aos recursos da informação em tempo real, investe em um empreendedorismo que vem a ser uma grande reviravolta no mundo do emprego.

Esse quadro de instabilidade e incerteza, associado ao novo paradigma econômico, se reflete não só na vida pessoal do indivíduo, como também em seus relacionamentos sociais. A esse respeito, Giannotti (2002) assinala que os sentidos vagos e às vezes contraditórios empregados pelas instituições contemporâneas, encarregadas de vigiar o exercício das normas sociais, inviabilizam a formação de uma identidade do trabalhador. Nas sociedades tradicionais, em que as relações de parentesco ou pertencimento a um grupo ou classe social asseguravam a matriz dessa identidade, isso não acontecia. O que se observa hoje, segundo o autor, é que o capital, ao explorar as diferenças de produtividade do trabalho coletivo, transforma o companheiro de trabalho em um virtual concorrente, uma ameaça à existência do indivíduo como empregado. Esses seriam os efeitos perversos do processo de assalariamento instável que atinge a sociedade contemporânea como um todo. (Henriques; Jablonski & Féres-Carneiro, 2004).

Simmel (1976), ao analisar os primórdios desse processo, chama a atenção para o dilema enfrentado pelo indivíduo, no âmbito do trabalho, ao lidar com a

extrema competição nas metrópoles. A conquista de um lugar, de uma fonte de renda que ainda não esteja exaurida e de uma função em que não possa ser rapidamente substituída constituem uma luta diária para ele e a metrópole é a arena desse combate, sendo necessário para isso que ele se especialize em seus serviços.

A especialização do trabalho reclama do indivíduo um aperfeiçoamento cada vez mais unilateral. E um avanço grande no sentido de uma busca unilateral com muita freqüência significa a morte para a personalidade individual. O indivíduo se tornou um mero elo em uma enorme organização de coisas e poderes que arrancam de suas mãos todo o progresso, espiritualidade e valores, para transformá-los de sua forma subjetiva na forma de uma vida puramente objetiva. Não é preciso mais do que apontar que a metrópole é o genuíno cenário dessa cultura que extravasa de toda a vida pessoal. (Simmel, 1976, p.23)

Sennett (1998), ao analisar o novo capitalismo, também ressalta o efeito desorientador, na vida do indivíduo, dessa economia baseada no princípio do não-comprometimento a longo prazo, o que, na visão do autor, afeta a sua personalidade devido às características de não-durabilidade e prazos curtos. O indivíduo necessita de virtudes estáveis como confiança, lealdade e comprometimento para o desenvolvimento de seu caráter, o que de certa forma fica inviabilizado, dadas as características dos ambientes de trabalho contemporâneos. Para o autor, as atuais transformações no setor produtivo estão originando uma “sociedade de ovos quebrados”, em que as perdas produzidas são irreparáveis para a qualidade do convívio social e produtividade econômica. O fim do emprego estável e o enxugamento das empresas provocam um efeito perverso ao multiplicar os excluídos do mercado e levar os remanescentes a um crescente desânimo e descomprometimento com a empresa.

O sinal mais tangível da mudança da rigidez para a flexibilidade, na esfera da economia, vem a ser uma nova noção de tempo, dado o esmaecimento na concepção de longo prazo, que altera a relação do indivíduo com o trabalho. De acordo com Sennett (1998):

No trabalho, a carreira tradicional que avança passo a passo pelos corredores de uma ou duas instituições está feneendo; e também a utilização de um único conjunto de qualificações no decorrer de uma vida de trabalho. Hoje, um jovem americano com pelo menos dois anos de faculdade pode esperar mudar de emprego pelo menos onze vezes no curso do trabalho, e trocar sua aptidão básica pelo menos outras três durante os quarenta anos de trabalho. (p.23)

Sendo assim, as qualidades do compromisso, da lealdade e da confiança, associadas à durabilidade, entram em conflito com as características dessa realidade conectada à flexibilidade e inerente ao sistema de curto prazo. As novas relações de trabalho operam em bases móveis, episódicas e fragmentadas, criando dessa forma a instabilidade tanto no domínio do trabalho quanto da família, em virtude de o tipo de comprometimento fundamentado nessa última ser oposto ao descompromisso efetivado fora dela, uma vez que família é percebida como um santuário do compromisso e da lealdade.

A ascensão da ideologia de mercado é também um importante aspecto contemporâneo a influenciar os comportamentos humanos e, como tal, se afirma como uma das forças de transformação das relações afetivas e sociais. Sem dúvida, num mundo onde a ideologia dominante é a disputa de mercado, o indivíduo, transformado em consumidor e incumbido de manter o fluxo em andamento, vivencia experiências de fragmentação e superficialidade. Bauman (2000), ao dissertar acerca da problemática da sociedade de produtores versus sociedade de consumidores, ressalta que a pós-modernidade envolve seus membros na condição de consumidores e não de produtores. Para ele, a sociedade produtora é fixa, sólida e pesada, obedece à conformidade, assim como protege os limites entre as normas e as anormalidades. Por outro lado, a vida organizada em torno do consumo deve se bastar sem normas, referências ou comparações, e ser orientada pela sedução e pelo desejo sempre crescentes. O consumidor deve ser flexível e ajustável para enfrentar e absorver o novo e o surpreendente que vêm a ser exaltados nas condições de vida postuladas por essa ordem.

Em última instância, talvez se possa dizer que a insegurança afeta o indivíduo na medida da sua

imersão num mundo que não oferece proteção, não auxilia o enraizamento e o compromisso através dos laços afetivos e sociais, e que a sensação de deriva representa o estar em uma sociedade em movimento. Tanto a incerteza quanto a instabilidade completam esse cenário contemporâneo e constituem o solo fértil para o aparecimento do já conhecido mal-estar da pós-modernidade.

A família como refúgio diante do mundo instável e incerto

O debate em torno da dicotomia mundo privado *versus* público envolve a oscilação do investimento em um e o descomprometimento em outro. À medida em que o mundo público se reveste de impessoalidade, ao privado é conferida a intimidade. Nessa discussão, o domínio familiar tem sido palco de estudos que apontam para o processo de construção do espaço privado da família num percurso que se inicia com a sua diferenciação do domínio público.

Gradualmente, os sentimentos de família e intimidade foram se solidificando e aproximando da noção de família moderna. A compreensão desse processo em muito se deve ao que Velho (1987) denomina de “des-subordinação do indivíduo às hierarquias e classes sociais”. Segundo o autor, existem regras para a individualização que podem ser mais ou menos explícitas. Assim, em grande parte das sociedades, desde as tribais até as complexas, o indivíduo era valorizado enquanto parte de um todo: linhagem, clã, família. Havia uma subordinação hierárquica e grupal.

Diante do sentimento de individualidade reinante, a própria família passa por este processo, relativamente ao sistema social mais amplo; para Velho (1987), a noção do indivíduo moderno está profundamente associada à nuclearização da família, que se afasta da comunidade de parentes, e se constitui de uma forma mais condizente com a valorização da atitude individualista e dos novos espaços urbanos (industrialização e mudanças sócio-econômicas).

A família urbana moderna apresenta uma estrutura bem mais simplificada que as tradicionais ou pré-modernas, Jablonski (1991). As questões internas passam a ser discutidas pelos indivíduos ou pelo casal parental, e não mais pela sociedade, assim

como há uma separação mais distinta entre as famílias de origem e a nuclear.; ela se constitui num contexto histórico em que seus valores perdem a visão do coletivo e ganham a do individualismo; priorizam-se as manifestações individuais, o afeto e a privacidade, assim como maior autonomia em relação à vida social. O processo de interação, entre ela e as condições modernas, coloca-a no formato de uma ilha - menor em tamanho, imersa num processo de isolamento em relação aos parentes e à comunidade, ela se transforma numa “fam-ilha”.

Assim, pode-se dizer que também neste início de milênio, convive-se com três tipos de família. A tradicional, sinônimo de produção econômica conjunta, autoridade paterna, casamento com ênfase em seus aspectos funcionais e conexões com a comunidade e parentes. A moderna, mais nuclear, influenciada pelo individualismo, pouco ligada a laços de parentesco e à comunidade e bastante centrada no afeto entre seus membros. Por último, tem-se a pluralística, em que a principal característica são os novos arranjos, sendo compostas por mães e filhos ou pais e filhos, reconstituídas com filhos de primeiras e/ou de segundas uniões, e outras mais, todas elas mais flexíveis, menos permanentes e mais igualitárias.

Retomando a idéia de família como campo de afeto, espaço do íntimo e do privado, tem-se como consequência um ideal cuja função primordial é abrigar os seus membros, num ambiente em que os sentimentos podem ser livremente expressos, contrapondo-se ao “lá fora” impiedoso e repressor.

Para Sennett (1974), a família nuclear do século XIX era o instrumento que as pessoas usavam para resistir às transformações econômicas e demográficas da sociedade – esta sua principal função. Esse século assistiu à retirada para a fortaleza emocional da família, e esse fato não se deu somente pelas qualidades desta em congregar calor e afeto dentro de seus limites, mas também porque o mundo externo assumiu uma aparência mais assustadora.

Por outro lado, para Lasch (1977) essa procura de abrigo no santuário da família deveu-se aos estragos promovidos pelo capitalismo nas formas de vida coletiva: “a família tornou-se um refúgio, representava o outro lado do alheio, do impessoal; as frustrações sofridas no mundo público deveriam ser

compensadas no reino do privado” (p.29). A percepção burguesa do mundo do trabalho como frio e impessoal levou a uma exaltação da vida familiar, reflexo do alto valor que a sociedade moderna conferia à privacidade. Por outro lado, o autor assinala que a política do mundo público invadiu a esfera da família, desqualificando as funções parentais e propondo intervenções de natureza terapêutica através das figuras de educadores, pediatras, psicólogos. Muitas das funções familiares, a partir dessas intervenções, foram substituídas por especialistas extra-familiares.

Conseqüentemente, a dinâmica interna familiar sofreu grandes mudanças em função dessas intervenções. Novos papéis foram prescritos, limitando o do marido e pai e ampliando, sobretudo, o da mulher e mãe; as conquistas dela no campo do trabalho, do sexo e da luta pela igualdade de condições foram fundamentais para essas alterações. Evidentemente, toda essa normatização dos comportamentos familiares foi apropriada pelo mercado de consumo, idealizada, glorificada e tornada acessível sob a forma de um número incomensurável de terapias.

A família já não é uma unidade firmemente costurada. A criança aprende com o rádio, os quadrinhos e o cinema como devem se comportar os pais, e coloca esse ideal acima deles. Ela desenvolve um precoce domínio do mundo externo e, na medida em que a conduta dos pais não corresponde ao ideal, torna-se até certo ponto auto-suficiente. Antes eram os pais que eram auto-suficientes. Agora eles são insegrados, ficam na defensiva e hesitam em impor seus padrões. (Lasch, 1977, p.168)

Os grandes inimigos da família, para este autor, além dos normatizadores da ordem médica e educativa, foram a contracultura, a revolução sexual, o feminismo e a tolerância aos estilos de vida alternativos que, ao atacarem a estrutura familiar, semearam um inimigo muito mais poderoso, a cultura do eu. Diante de tantas críticas, ataques e invasões, ela aparece como uma instituição sitiada nesse revisionismo sociológico. Por que, então, esse movimento contemporâneo de revalorização da família? Qual seria a sua justificativa?

Uma peça fundamental para o avanço da discussão consiste na diáde pertencimento e proteção,

como qualidades significativas na formação de vínculos do indivíduo. Esses valores remetem ao conceito de lugar. Certeau (2003) propõe que um lugar implica numa condição de estabilidade em que os elementos que o compõem encontram-se relacionados uns aos outros, de forma que cada um tem seu lugar próprio e distinto, o que garante o pertencimento a um determinado território. O sentido de lugar evoca a necessidade de pertencer e de desenvolver compromissos e lealdades; sendo que, estar em um específico é poder contar com segurança e proteção. As instituições contemporâneas tendem a diminuir a possibilidade de uma experiência de pertencimento especial, o que ocorre devido à excessiva rapidez das mudanças e fragmentação dos laços que as unem aos indivíduos, fato que dificulta o enraizamento. Portanto, tomar um lugar e pertencer a ele passam a ser experiências desejadas e esperadas diante do desmantelamento das instituições.

Trazendo essas reflexões para o campo do debate deste trabalho, pode-se dizer que o prolongamento da convivência familiar – a permanência dos filhos adultos na casa dos pais – afirmar-se-ia como uma atitude de não-enfrentamento da sensação de insegurança que afeta os que vivem no mundo de hoje, visto como imprevisível e incerto. A família entendida como lugar da confiança e da conciliação pode representar um ideal de convivência contemporâneo, um valor seguro a que ninguém quer renunciar, um lugar de resistência face a uma sociedade globalizada, sem fronteiras e caracterizada pela ausência, ou pela morte lenta das referências tradicionais estáveis.

O tema do trabalho e suas repercussões na família de adultos

Primeiramente pretende-se destacar algumas tensões existentes entre a geração dos pais e a dos filhos na atualidade. A dos pais, também conhecida como “geração paz e amor” ou “geração maio de 68”, teve como principais atores os jovens, e a sua filosofia foi a das ruas. Idéias pichadas em muros sintetizavam o sentido do movimento: “é proibido proibir”, “fora burguesia”, “sexo livre”. A atmosfera da época era exaltante, tinha algo de político, mas foi essencialmente marcada pela ânsia de liberdade, de fraternidade e de festa. A pluralidade das correntes

de pensamento, que a atravessaram, iam do marxismo ao anarquismo, passando ainda pelo surrealismo.

Na esfera familiar, essa geração travou verdadeiras lutas para a conquista de seus ideais libertários, sexuais e ideológicos. Os aspectos que melhor caracterizavam essa família eram a rejeição do novo pelos pais, e as relações familiares baseadas numa hierarquia rígida e com fronteiras bem demarcadas. Os diálogos guardavam o respeito às noções hierárquicas e as obrigações evoluíam no sentido da busca e garantia de ascensão social, características da época do milagre econômico. Os conflitos advindos dessa configuração provocavam nos jovens a necessidade de diferenciação em relação aos pais, e para isso a saída de casa se verificava como condição de uma vida coerente em relação aos ideais que permeavam esse universo juvenil.

O pano de fundo da geração dos filhos varia da revolução da comunicação à clonagem, da AIDS à derrocada do ideal socialista, da internet à ecologia. Para Lasch (1977), o culto das relações interpessoais pouco exigentes ou das igualitárias que se baseiam ou incorporam a ideologia dos compromissos não-obrigatórios representa, bem fielmente, as necessidades psicológicas do indivíduo contemporâneo. De fato, o tipo de relação afetiva produzida entre jovens fora da esfera familiar baseia-se nesta ideologia; o seu universo se constitui a partir das vicissitudes da contemporaneidade no que concerne à excessiva valorização do eu nos tempos atuais, configurando uma verdadeira cultura narcísica.

No âmbito familiar, a horizontalização das relações interpessoais inaugurou o conceito de família igualitária, noção que, em linhas gerais, foi forjada em um reino de pluralidade de escolhas no qual as diferenças individuais são percebidas como mais importantes que as性uais e de idade. Sendo assim, os papéis familiares sofreram mudanças expressivas, o território familiar deixou de ser uma microarena, como na geração passada, e tornou-se um espaço democrático e privilegiado, em que sobressaem a segurança, a confiança e o apoio entre os membros.

O prolongamento da convivência familiar, observado nos dias atuais, requer uma renegociação de papéis, pois a interação pais e filhos, nesse caso, abarca uma relação de adultos em que a função

hierárquica ganha novos contornos. As relações se desenvolvem num sentido mais horizontal, como já visto, e a hierarquia pode ser assumida de uma forma mascarada, não explícita, uma vez que entre iguais ela significaria autoritarismo, o que não estaria de acordo com as propostas contemporâneas de relacionamento. A família se acomoda e se adapta a essa realidade, visando uma convivência razoável para os seus membros. Com isso, quer-se dizer que existe uma complementaridade funcional entre os papéis familiares na qual tanto pais quanto filhos se beneficiam da convivência.

Contudo, observam-se nas famílias de adultos diferenças na percepção a respeito do mundo do trabalho, e elas podem produzir um terreno de ambigüidade, trazendo desconforto na relação entre pais e filhos. A geração dos pais, no que concerne a dimensão do público, é fortemente marcada pelas relações de compromisso e lealdade, valores associados à noção de durabilidade e política de longo prazo. São característicos desta geração termos como segurança, visibilidade e amplitude, que denotam o quanto importa para quem pertence ao estrato social médio a idéia de uma carreira e da realização através do trabalho.

A geração dos filhos representa o mundo do trabalho em uma perspectiva de curto prazo e provisoriamente das experiências sociais, características do momento contemporâneo. A tática que se afigura como mais adequada para lidar com estas questões, como também com o imediatismo e a velocidade da informação, segundo Tapscott (1998), consiste na atitude empreendedora, que vem a ser, de acordo com o autor, a forma mais adequada de trabalho para esta geração informatizada; além disso, ele assinala que as relações de trabalho que incluem uma hierarquia não se ajustam às mentalidades práticas, imediatistas e altamente informadas dos jovens dessa geração. O modelo de empresa tradicional – no qual existe hierarquia, controle, comando e metas que consistem em subir na estrutura empresarial – não se encaixa nas mentalidades destes jovens que buscam liberdade e ausência de hierarquia.

Como se pode perceber essas representações foram forjadas em cenários bem diferentes e, como tal, constituem visões distintas de uma mesma

realidade. Se por um lado os pais vislumbram um futuro para os filhos em termos da construção de uma carreira, por outro, os filhos descrevem em um futuro nesse sentido, temerosos da instabilidade e insegurança geradas pelas transformações operadas nesse domínio. Sendo assim, é comum encontrar nos discursos dos pais referências à acomodação dos filhos diante de suas dificuldades de inserção no mercado de trabalho; e nos dos filhos, identificam-se, em suas percepções sobre os pais, expressões como “parados no tempo” (Henriques, 2004). À guisa de ilustração, considera-se pertinente comparar as percepções acerca do mundo do trabalho entre estas duas gerações com o filme *E o vento levou*, representando o universo dos pais, e *Matrix*, o dos filhos. A discrepância estética equivaleria ao contraste de tipos de pensamento, um linear e o outro fragmentado.

Féres-Carneiro (1996) afirma que as famílias funcionais, de um modo geral, expressam seus conflitos e têm recursos para resolvê-los, sendo a comunicação clara e direta. Entretanto, nas famílias de adultos, observa-se certa disfuncionalidade no que tange à dimensão desta expressão, na vivência do cotidiano. O controle parental, exercido explicitamente nos ciclos de vida familiar, referentes à infância e adolescência, experimenta uma grande transformação. As questões da hierarquia e do controle dos pais sobre os filhos se presentificam como inadequadas, e atreladas a princípios pré-estabelecidos, em desacordo com a ideologia do igualitarismo, que norteia as relações. Portanto, talvez se possa dizer que uma boa parte dos conflitos forjados na interação deste tipo de família podem não ser vistos, se apresentar mascarados ou mesmo serem evitados pelos membros como forma de neutralizar o estresse da relação.

Considerações finais

Parece assim, que a família da que se fala se refugia em sua própria estrutura, congela-se no tempo e esmaece as possibilidades de crise, configurando uma dinâmica calcada em padrões de interação que estabelecem uma espécie de pacto de convivência entre seus membros, criando um lugar no qual os conflitos tornam-se silenciosos e velados. Pautando pela inferência de que os mecanismos e acordos estabelecidos pelos membros da família visam garantir

o prolongamento da convivência familiar de uma forma confortável para todos. No interior dessas famílias, onde convivem na mesma casa adultos em diferentes posições - pais e filhos-, a lógica da segurança e do pertencimento parece encobrir as tensões da sociedade contemporânea, regida pela desterritorialização globalizada e risco. A metáfora do lar como lugar de tranquilidade e permanência representa o convívio desses adultos de diferentes gerações.

No que tange ao universo do trabalho, todavia, considera-se que essa convivência é permeada pelo encontro recorrente com o mal-estar. Em outras palavras, a família deixa transparecer contrastes e ambigüidades quando o foco de discussão vem a ser a esfera do trabalho, pois, os valores e ideais envolvidos em seu discurso se constituem como duas lógicas contraditórias. Esta esfera remete os sujeitos a deslocamento constante e instável. A ambição e o empreendedorismo são prerrogativas do domínio público, enquanto no privado familiar, em especial no tipo de família referido, parece que os sujeitos recusam deslocar-se, ambicionar novas posições ou empreender mudanças.

A família, um espaço privilegiado de convivência intergeracional, apresenta-se como um lugar de troca e diálogo. Ao mesmo tempo, define-se como um território em que diferentes concepções de vida e mundo – fundadas a partir da especificidade cultural de cada uma das gerações em questão – se dão a ver. Assim, o encontro intergeracional de pais e filhos adultos, apontado neste texto, indica uma descontinuidade de valores e comportamentos de uma geração para a outra no que concerne à dimensão do trabalho.

Contudo, essa descontinuidade está camouflada por uma atmosfera de proteção familiar que não permite sua revelação de modo imediato ou espontâneo. É necessário aprofundar as diferentes lógicas simultâneas, coexistentes, a exemplo do desenvolvido nesse estudo, tomando as dimensões da convivência familiar e do trabalho, para evidenciar algumas questões representativas das mudanças ocorridas na família contemporânea, o que vai permitir avançar na discussão e compreensão das novas configurações e modos de ser e estar em família hoje.

Referências

- Bauman, Z. (2000). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Certeau, M. (2003). *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.
- Féres-Carneiro, T. (1996). *Família: diagnóstico e terapia*. Petrópolis: Vozes.
- Giannotti, J. A. (2002, maio 12). Esquerdas desprevenidas. *Folha de São Paulo*. Caderno Mais! pp.16-18.
- Hall, S. (1992). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Henriques, C. R. (2004). “*Geração Canguru*”: o prolongamento da convivência familiar. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Henriques, C. R.; Jablonski, B., & Féres-Carneiro, T. (2004). A “geração canguru”: Algumas questões sobre o prolongamento da convivência familiar. *PSICO*, 35, (2), 195-205.
- Jablonski, B. (1991). *Até que a vida nos separe*. Rio de Janeiro: Agir.
- Kurz, R. (2003, junho 06). O ocaso da juventude dourada. *Folha de São Paulo*. Caderno Mais! pp. 10-11.
- Lasch, C. (1977). *Refúgio num mundo sem coração: a família, santuário ou instituição sitiada*. São Paulo: Paz e Terra.
- Minuchin, S. (1980). *Famílias, funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Peixoto, C. E. (2000). Sociologia e antropologia da vida privada na Europa e no Brasil, os paradoxos da mudança. Em C.E. Peixoto; F. Singly & V. Ciccheli, (Orgs.), *Família e Individualização* (pp.7-11). Rio de Janeiro: FGV.
- Salem, T. (1980). *O velho e o novo: um estudo de papéis e conflitos familiares*. Petrópolis: Vozes.
- Santos, B. S. (2001). Tensões da modernidade. Trabalho apresentado na Reunião Anual do Fórum Social Mundial, Porto Alegre.

Sennett, R. (1974). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Scharcz.

Sennett, R. (1998). *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. São Paulo: Schwacz.

Simmel, G. (1976). A metrópole e a vida mental. Em O. G. Velho, (Org.), *O fenômeno urbano*. (pp.90-113). Rio de Janeiro: Zahar.

Tapscott, D. (1998). *Geração Digital: A crescente e irreversível ascensão da geração net*. São Paulo: Makron Books do Brasil.

Velho, G. (1986). *Subjetividade e sociedade uma experiência de geração*. Rio de Janeiro: Zahar.

Velho, G. (1987). *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar.